



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

TERRORISMO DE ESTADO: reparação e memória de familiares

STATE TERRORISM: reparation and memory of family members

Sofia de Andrade Denozor¹

Brune de Oliveira Tavares²

Carolina Neves Raphael dos Santos³

Debora Marcele Borges Diniz⁴

Eixo Temático: EIXO 3 - Tortura, privação de liberdade e violência de Estado

Introdução

A violência estatal no Brasil escancara a seletividade racial do sistema socioeducativo, que historicamente criminaliza a juventude negra, pobre e periférica. Casos como o de Andreu Carvalho, adolescente negro em cumprimento de medida socioeducativa (MSE), torturado e espancado até sua morte em 2008 por seis agentes do DEGASE - instituição responsável por executar às MSE de privação e/ou restrição de liberdade - não são exceção, mas expressão de um padrão repressivo que trata o corpo negro como ameaça a ser eliminada.

A maioria dos adolescentes em cumprimento MSE (BRASIL, 2024) e das vítimas da violência policial é negra (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2025), o que reforça a dimensão racial da repressão. De acordo com dados do SINASE (2024), 63,8% dos adolescentes em medidas socioeducativas privativas ou restritivas de liberdade são pardos ou negros, enquanto apenas 22,3% são brancos. Outro dado alarmante é que, em 2023, 60 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados por dia no Brasil — um total de 21.856 vítimas, o que representou 47,8% dos homicídios registrados no país, conforme apontado pelo Atlas da Violência 2025.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo, a partir de um estudo de caso, evidenciar como a violência opera a partir de uma lógica racista e seletiva, no âmbito do sistema socioeducativo

¹ Assistente Social e consultora do Projeto de Extensão Famílias na Socioeducação (FMSE/UERJ).

² Bacharelanda em Serviço Social/UERJ e bolsista do Projeto de Extensão Famílias na Socioeducação (FMSE/UERJ).

³ Bacharelanda em Serviço Social/UERJ e extensionista do Projeto de Extensão Famílias na Socioeducação (FMSE/UERJ).

⁴ Bacharelanda em Serviço Social/UERJ e extensionista do Projeto de Extensão Famílias na Socioeducação (FMSE/UERJ).

brasileiro, sustentada por um projeto histórico de exclusão da juventude negra. A construção deste trabalho tem como centralidade o relato de Deize Carvalho sobre seu filho Andreu, compartilhado durante uma roda de conversa promovida pelo Projeto de Extensão “Famílias na Socioeducação” da UERJ. Mães como Deize Carvalho rompem o silêncio, transformando a dor em luta por justiça. A memória, nesse contexto, torna-se ferramenta política de enfrentamento ao racismo e de combate à violência institucional.

Desenvolvimento

O processo de formação sócio-histórico do Brasil revela que o racismo institucional está enraizado no Estado desde o período colonial. A criação da Polícia Militar no século XIX, para proteger a Coroa e controlar a população escravizada, exemplifica a origem desse aparato repressivo, reverberando até os dias atuais. A necropolítica, conceito desenvolvido por Achille Mbembe (2018), ajuda a compreender como o Estado decide quem deve viver e quem pode morrer, especialmente a partir da forma como lida com determinados corpos e territórios.

Essa lógica se evidencia nos assassinatos sistemáticos de jovens negros, como Andreu, João Pedro, Rafael, Antônio, entre muitos outros. Esses casos escancaram a violência estatal e institucional, sustentada por execuções sumárias, abandono e negação de direitos. O racismo estrutural molda a questão social brasileira, tornando a segregação da juventude negra parte de um projeto de controle social. PMERJ e DEGASE, herdeiros da tradição repressiva, exemplificam a distância entre direitos previstos em lei e a realidade vivida por jovens negros.

O assassinato de Andreu⁵, vítima de hemorragia, traumatismo craniano, contusões e ao menos trinta perfurações pelo corpo, por agentes do DEGASE, revela como o Estado segue punitivista e seletivo, mesmo em tempos democráticos. É urgente construir um debate público que responsabilize o Estado e reconheça que tais violências não são exceções, mas expressão de um projeto histórico de exclusão racial que sustenta o genocídio da juventude negra.

A memória, no conceito de Lélia Gonzalez (1984) como "não-saber que conhece", fundamenta a busca de Deize por justiça contra o racismo e sexismo que oprime as mães e famílias negras e periféricas. Para ela, a memória é resistência contra a violência sistemática, objetiva criar "referências de luta, simbologias de amor e reconstrução" para adolescentes em cumprimento de MSE

⁵<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/30/mae-supera-assassinato-do-filho-e-se-forma-em-direito-para-ajudar-vitimas-de-violencia-no-rj.ghtml>



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

e suas famílias. Deize, ressignificando a "mãe preta" de Gonzalez (1984), procura reparação através da memória de seu filho Andreu, e o reconhecimento como vítima de tortura e manipulação estatal, com um instituto e uma estatueta, alinhando-se à construção de "biografias afetivas e morais" (VIANNA; FARIAS, 2011) que confrontam a ideia de "vidas dispensáveis".

Considerações finais

A violência estatal faz com que mães e familiares reinventem suas perspectivas, transformando o luto em enfrentamento à opressão. A estrutura hierárquica do racismo, naturalizada instituições, transforma algozes em heróis e legitima o genocídio da juventude negra, como no caso de Andreu. A violência que restringe escolhas também pode gerar força: a memória torna-se instrumento de justiça.

Mães como Deize rompem com a culpabilização e a omissão, confrontando o silenciamento e exigindo responsabilização do Estado. A compensação financeira é insuficiente, enquanto reparação, essas mulheres lutam por reconhecimento público e reparação simbólica. Ao transformar dor em ação, familiares constroem caminhos ético-políticos que convocam o Serviço Social a atuar com escuta crítica e compromisso com a justiça racial. É fundamental reconhecer o papel dessas famílias como produtoras de resistência e memória, exigindo que suas vozes sejam ouvidas como parte de uma política de vida frente ao terrorismo de Estado.

Referências

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2025.

CARVALHO, Deize. *Pelo fim das mortes silenciosas e invisíveis*. Rio de Janeiro: Editora Garcia, 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia; MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79–116, jul./dez. 2011.

BRASIL - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. *Relatório Anual Leantamento SINASE 2023/2024*. Brasília: MDHC, 2024.